



## APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 13032.688510/2025-36

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A instalação de sistemas e equipamentos de combate a incêndio é essencial para proteger vidas e reduzir danos ao patrimônio público ao permitir evacuação ordenada, detecção precoce, alarme rápido e extinção eficiente do perigo. Além disso, a implantação do sistema assegura o atendimento a normas técnicas e leis aplicáveis, evitando multas e interdições, continuidade das atividades administrativas, menor impacto ambiental e melhoria da resiliência de edificações frente a emergências.

Cabe observar que em nossos quadros não há mão de obra própria para o desempenho funcional das atividades objeto desta demanda. As disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de cargos da Administração Pública Federal, preveem que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2023 recepcionou a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 que disciplina a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados. Assim, a terceirização dos serviços que aqui pretendemos contratar é o meio mais adequado para a consecução dos resultados desejados, com observância aos princípios da economicidade e da eficiência e à satisfação do interesse público.

O projeto básico para execução do serviço foi elaborado pela empresa CEMAQ Gerenciamento de Risco e foi anexado ao processo.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Áreas Requisitantes	Responsáveis
EQADI/DIPOL/SRRF08	Marco Antonio Lopes

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### a) Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Item	Descrição
Capacidade Técnica	O serviço requer empresa técnica especializada, devidamente registrada no <b>CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)</b> ou <b>CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)</b> ou <b>CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais)</b> , com profissionais habilitados e devidamente qualificados.
Capacidade Técnico-Operacional	A licitante deve demonstrar que possua em seu acervo atestados técnicos que comprovem que prestou <b>serviços de instalação de sistemas e equipamentos de combate a incêndio</b> em área predial de, no mínimo, <b>2.400 m<sup>2</sup></b> .



	<u>Observação:</u> O quantitativo mínimo exigido acima, corresponde a aproximadamente 50% da área dos prédios da Delegacia conforme projeto básico original, que é de 4.890,46 m <sup>2</sup> .
<b>Capacidade Técnico-Profissional</b>	Apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT contendo informações que comprovem que o profissional prestou <b>serviços de instalação de sistemas e equipamentos de combate a incêndio</b> .

De acordo com o quadro abaixo, os responsáveis técnicos, conforme fundamentação do respectivos conselhos, poderão ser os **Engenheiro(a)s**, ou o **Arquiteto(a)** ou o **Técnico(a) em Edificações**.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA CONTRATADA		
Ocupação (CBO)	Descrição Sumária	Fundamentação
Engenheiro Civil (2142-15)	Gerencia e desenvolve projetos de construções e reforma de prédios, rodovias, ferrovias, viadutos, portos entre outros. Acompanha cronograma físico e financeiro da obra, elabora orçamentos e realiza levantamento quantitativo de equipamentos, materiais e serviços.	Art. 7º da Resolução CREA nº 218/73: O engenheiro civil desempenha as atividades da engenharia referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.
Arquiteto (2141-05)	Elaboram planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações. Fiscalizam e executam obras e serviços, desenvolvem estudos de viabilidade financeira, econômica, ambiental. Podem prestar serviços de consultoria e assessoramento, bem como estabelecer políticas de gestão.	Art. 2º da Resolução CAU nº 21/2012: As atribuições profissionais do arquiteto e urbanista a que se refere o artigo anterior são as seguintes: (...) XII – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.
Técnico em Edificações (3121-05)	Realizam levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolvem e legalizam projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil; planejam a execução, orçam e providenciam suprimentos e supervisionam a	Art. 1º da Resolução CFT nº 58/19: Os Técnicos Industriais com habilitação em Edificações têm a prerrogativa para I – Conduzir, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade no âmbito da



	execução de obras e serviços. Treinam mão-de-obra e realizam o controle tecnológico de materiais e do solo.	construção civil; II – Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas para a construção civil; III – Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações utilizados na construção civil; IV – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados na construção civil; V – Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos de construção civil.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**b) Natureza:** Os serviços são enquadrados como “comuns de engenharia” nos termos do Art. 6º, XXI, da Lei 14.133/2021, uma vez são serviços privativos das profissões de engenheiro, arquiteto ou de técnicos especializados, e “objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”. Assim, poderá ser utilizada, para sua contratação, a modalidade **pregão por meio eletrônico**.

Diferente do conceito de obra, contida no inciso XII, do art. 6º, os serviços que pretendemos contratar aqui não alterarão significativamente as características originais do bem imóvel, não haverá ampliação dos espaços, os quais continuarão a exercer a mesma função. Portanto, não se produzirá ou realizar-se-á algo novo ou que nunca havia sido feito antes. Logo, a execução dos serviços que pretendemos contratar é conceituada como **serviço comum de engenharia**.

**c) Duração: 8 (oito) meses**, a partir da emissão da ordem de serviço, sendo 6 meses de execução dos serviços e outros 2 meses para os trâmites do recebimento final. Como o serviço é por escopo, não há previsão de prorrogação contratual, exceto quando expressamente justificado, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

**d) Práticas de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:** não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo, e não há propriedade intelectual a proteger.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os serviços de engenharia aqui pretendidos são fornecidos por uma ampla quantidade de empresas de engenharia do mercado aptas a fornecer o objeto, e o fato de rotineiramente ser licitado pelo Poder Público também serve de parâmetro para reforçar o conceito de "serviço comum".



## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme as diretrizes do projeto básico anexado ao processo, a solução como um todo envolve uma série de etapas integradas que visam garantir a segurança das pessoas, a proteção do patrimônio e o atendimento às normas técnicas e legislações vigentes, como o Código de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros e normas da ABNT (como a NBR 9077, NBR 5419, NBR 13714, entre outras).

A seguir, descreve-se a solução como um todo, dividida por etapas e sistemas:

### a) Projeto Básico

- **Memorial Descritivo:** documentos técnicos e registros de responsabilidade.

### b) Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio

- **Sinalização de Emergência:** placas fotoluminescentes indicando rotas de fuga, extintores, escadas, etc, conforme NBR 13434.
- **Iluminação de Emergência:** luminárias autônomas que entram em funcionamento na falta de energia elétrica garantem visibilidade nas rotas de fuga.
- **Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio:** detectores (fumaça, calor, chama), acionadores manuais, sirenes e painéis de controle, comunicação sonora e/ou visual para evacuação.
- **Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento:** uso de materiais com baixa propagação de chama.

### c) Sistemas de Combate

- **Extintores de Incêndio Portáteis:** dimensionados e distribuídos conforme o tipo de risco (água, CO<sub>2</sub>, pó químico seco, etc.), localizados em locais visíveis e de fácil acesso.
- **Hidrantes e Mangotinhos:** sistema fixo com rede de tubulações, registros, mangueiras e esguichos. Pressurizados por bomba de incêndio, conforme NBR 13714.
- **Reservatório de Incêndio:** tanque específico com capacidade mínima exigida para abastecer os sistemas de hidrantes e sprinklers.
- **Sistema de Bombeamento:** conjunto de bombas (principal, reserva, jockey) para pressurização da rede, alimentado por energia elétrica e, se necessário, por gerador ou bomba a combustão.

### d) Segurança Estrutural e Evacuação

- **Saídas de Emergência:** escadas enclausuradas, rotas protegidas e acessíveis, portas corta-fogo, dimensionadas conforme a população da edificação.
- **Pressurização de Escadas:** sistema de ventilação que impede a entrada de fumaça nas escadas de emergência.
- **Compartimentação Horizontal e Vertical:** barreiras corta-fogo entre pavimentos e setores de risco.



**e) Testes, Comissionamento e Treinamento**

- **Testes Funcionais dos Sistemas:** verificação da funcionalidade de bombas, alarmes, sprinklers, iluminação e demais componentes.

**7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE SERVIÇOS A SER CONTRATADO**

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de instalação de sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndio para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco/SP.

Adotamos a **Empreitada por Preço Global**, devido às seguintes vantagens:

a) Simplicidade nas medições, medições por etapa concluída: evita que o órgão pague por serviço não executado.

O contratado obriga-se a executar o serviço mediante remuneração calculada como um valor determinado. Assim, o pagamento da etapa irá variar tendo em vista o que efetivamente foi executado, conforme as medições e o cronograma físico-financeiro, observados os preços unitários apresentados na planilha do contratado (pressupondo-se que ao final, se executada o objeto em sua integralidade e nas condições ajustadas, o pagamento corresponderá ao valor total apresentado pelo licitante);

b) Melhor planejamento: manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e menor custo para a administração na fiscalização dos serviços.

Contratado e contratante terão conhecimento prévio do valor total e o cronograma necessários para a execução do objeto, e, o primeiro, avaliado em suas condições de habilitação do certame, em tese provou, através de atestados de capacidade, todas as condições de elaborar excelente estratégia para a execução do objeto, com a disponibilização da quantia exata de recursos.

c) Valor final do contrato é, em princípio, fixo.

Esta característica traz segurança jurídica a ambos os polos do contrato, pois a alteração somente ocorrerá sob consenso das partes, restringindo o pleito para assinatura de aditivos. Dificulta o jogo de planilha;

d) Incentiva o cumprimento de prazos. O contratado só receberá quando concluída a etapa.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**Valor (R\$): 389.639,58**

A empresa elaboradora do Projeto Básico, CEMAQ Gerenciamento de Riscos, apresentou planilha de composição de custos na qual utilizou como fonte de preços as tabelas do sistema SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) da Caixa Econômica Federal. O sistema SINAPI é referência para composições e preços de serviços e atividades de obras públicas e privadas no Brasil.

Para itens não contemplados no SINAPI, a empresa utilizou o sistema EDIF - “Tabela de Custos” dos serviços de Infraestrutura e Edificações, gerenciado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana da **Prefeitura Municipal de São Paulo**. O sistema “EDIF -Tabela de Custos”, utilizado aqui subsidiariamente, é usado pela São Paulo Obras (SPObras), uma



empresa da Prefeitura de São Paulo vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB. Criada em 2009, a SPObras tem como objetivo executar programas, projetos e obras definidos pela Administração Municipal. Ainda, a empresa elabora licitações para outros órgãos da Administração Municipal e executa obras, definidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, nas áreas de abrangência das Operações Urbanas.

A equipe de planejamento processou a atualização dos valores referenciais de cada item da planilha de composição de preços, com o uso das mesmas tabelas do sistema SINAPI. Para tanto, foram acessadas em 06/08/2025 as tabelas referenciadas de **junho de 2025** estruturadas com os dois tipos de encargos sobre a mão de obra (**desonerado e não-desonerado**), disponibilizadas no site eletrônico da Caixa (<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/referencias-precos-insumos/Paginas/default.aspx>).

Quanto ao sistema “EDIF-Tabelas de Custos”, as tabelas data-base Janeiro de 2025 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 14 de abril de 2025, e acessadas entre os dias 14 e 15 de agosto de 2025, através do link: [https://prefeitura.sp.gov.br/web/obras/w/tabelas\\_de\\_custos/355179#Tabela\\_de\\_custos](https://prefeitura.sp.gov.br/web/obras/w/tabelas_de_custos/355179#Tabela_de_custos).

Para efeito de comparação da vantajosidade econômica para a Administração, as planilhas com encargos desonerados e não-desonerados foram preenchidas, e o resultados é trazido na tabela a seguir:

ITEM	VALOR REREFENCIAL SEM BDI (R\$)	
	Sem Desoneração (R\$)	Com Desoneração (R\$)
Mão de Obra (Serviços)	92.865,38	85.066,30
Materiais e Equipamentos	229.312,84	228.807,64
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>322.178,23</b>	<b>313.873,95</b>

Pela tabela, conclui-se que o tipo **“com desoneração” é a opção mais barata.**

Para determinação do BDI referencial na planilha de preços atualizada, utilizamos o Acórdão TCU nº 2.622/2013, que estudou os BDIs de diferentes tipos e obras e serviços de engenharia e para itens específicos para aquisição de produtos.

Ainda, adotamos **duas** taxas de BDIs, conforme preveem o art. 9º, § 1º, do Decreto 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia da União, e o citado acórdão TCU nº 2622/2013:

- uma diferenciada, para fornecimento de material e equipamentos, e
- outra, para serviços (mão de obra).

Justifica-se o uso de BDI diferenciado para materiais e equipamentos dado que **não** haverá parcelamento do objeto (a justificativa encontra-se no item 9 deste Estudo). Ou seja, a contratada fornecerá juntamente com a mão de obra, os materiais e equipamentos necessários, sendo que estes últimos “demandam incidência de taxa de BDI própria e inferior à taxa aplicável aos demais itens da obra”, conforme parágrafo 282 do Acórdão TCU nº 2622/2013:

*“(…) nos casos em que materiais e equipamentos correspondam a um percentual significativo no preço global da obra e se houver justificativa técnica para comprovar que o fornecimento não possa ocorrer de forma parcelada, o percentual de BDI deve ser menor*



do que aquele aplicado sobre o valor da prestação de serviços, conforme estabelece a Súmula-TCU 253/2010, in verbis:

*Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos com especialidades próprias e diversas e que representam percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens”.*

Ao analisarmos a planilha de custos atualizada, a partir da tabela abaixo, separamos os custos globais unitários dos materiais e da mão de obra, sem o percentual de BDI, para cada etapa do serviço, e concluímos que os custos com materiais representam parte significativa do custo da contratação), sendo, portanto, o assentimento para a adoção de BDI diferenciado:

Tipo	Valor Total – Sem BDI (R\$)	Porcentagem (%)
Materiais e Equipamentos	228.568,63	72,88%
Mão de Obra (Serviços)	85.016,43	27,11%

O parágrafo 388 do Acórdão TCU nº 2.622/2013 traz em seu quadro 18 os valores médios dos componentes do BDI diferenciado para aquisição de materiais e equipamentos, a saber: Administração Central (AC), Riscos (R), Seguro e garantia (S+G), Despesas Financeiras (DF) e Lucro (L). De posse desses dados e os demais componentes referentes aos Tributos e Contribuições (I), determinamos o BDI diferenciado para nossa aquisição de materiais de 22,39%:

COMPONENTES DO BDI - MATERIAIS		%
Administração Central	AC	3,45
Riscos	R	0,85
Seguros e Garantias	S+G	0,48
Despesas Financeiras	DF	0,85
Lucro	L	5,11
Tributos e Contribuições (I)	PIS	1,65
	COFINS	7,60
	ISS	0,00
	CPRB	4,50
TAXA BDI - MATERIAIS		28,78%

Por se tratar de serviço de engenharia civil, adotamos os valores médios dos componentes do BDI para o tipo de obra denominado “Construção de Edifícios”, apresentado no quadro 14 do parágrafo 378 do citado Acórdão, pois é o tipo que mais se assemelha ao da contratação pretendida, assim definidos:

COMPONENTES DO BDI – MÃO DE OBRA		%
Administração Central	AC	4,00
Riscos	R	1,27
Seguros e Garantias	S+G	0,80
Despesas Financeiras	DF	1,23
Lucro	L	7,40





Tributos e Contribuições (I)	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS*	5,00
	CPRB	4,50
TAXA BDI – MÃO DE OBRA		32,78%

\*Conforme pesquisa no site da secretaria de finanças da prefeitura municipal de Osasco:  
<https://sf.osasco.sp.gov.br/pages/servicos/iss>

Fórmula do BDI:

$$BDI = \left( \left( (1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L) \div (1 - I) \right) - 1 \right) \times 100$$

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Conforme dita o item V, b, do artigo 40 da Lei 12.133/2021, o parcelamento é um dos princípios nas contratações de serviços pela Administração Pública, desde que técnica e economicamente viável. No presente estudo, no entanto, **optamos pela adjudicação do objeto por preço global em grupo único**, onde o serviço e o fornecimento de materiais são executados por fornecedor único, conforme as justificativas a seguir:

- a) o gerenciamento realizado pela mesma gestão tem maior nível de controle pela Administração;
- b) a interação é mais eficiente nas diferentes fases do serviço;
- c) há maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, pois ocorre a concentração da responsabilidade pela execução do trabalho;
- d) há economia de escala, com a consequente redução de preços a serem pagos pela administração.

Ademais, o não parcelamento do objeto não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, ao contrário, visa tão somente assegurar uma gestão criteriosa, pois seria por demais complexo administrar ao mesmo tempo vários contratantes, cada qual com suas peculiaridades, executando um mesmo objeto, causando sujeição entre elas e colocando em risco a conclusão do objeto.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No caso em tela, **não** haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, o serviço em comento será contratado de forma independente.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valores da Receita Federal do Brasil, os quais estabelecem a necessidade de garantir a funcionalidade, segurança, adequação, conservação e eficiência da instituição em benefício da sociedade e respeito ao cidadão. Quanto às aquisições e contratações, é papel do Serviço de Programação e Logística (SEPOL) desta Delegacia adequar a infraestrutura física da unidade às necessidades institucionais, além de assegurar os recursos e otimizar sua aplicação.





Em consulta ao *link* do Portal Nacional de Contratação (PNCP), onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que ele disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural sem gás, café e açúcar. Portanto, não há correlação com o objeto da nossa aquisição, e, logo, não utilizamos o catálogo eletrônico de padronização.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A contratação reverte-se em economicidade e eficiência operacional, garantindo o perfeito funcionamento do sistema e a preservação do patrimônio público.

A atividade finalística da RFB é exercer a administração tributária com justiça fiscal em benefício da sociedade. Com a terceirização das atividades-meio, há o aproveitamento total dos recursos humanos pela instituição, evita-se assim o acúmulo de tarefas, como consequente desvio de função, além de potencializar condições à prestação dos serviços especializados em benefício direto dos contribuintes.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Tecnicamente não haverá necessidade de ajustes internos nos ambientes do órgão, pois trata-se de serviço especializado que demanda profissionais capacitados. No entanto, para que a contratação atenda às necessidades da unidade, a Divisão de Programação e Logística da Superintendência nomeará servidores para acompanhar a fiscalização do contrato, os quais possuem larga experiência nos trâmites das contratações anteriores. Ademais, também com base nesta experiência, foi elaborado e juntado a este processo o Mapa de Riscos que prevê a probabilidade e o impacto de várias etapas da contratação.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

O serviço possui critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos resíduos (entulhos, restos de obra), bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. Para tanto, deverão ser incluídos como obrigação da contratada, no termo de referência e edital, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

I. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de



assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

- Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

II. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008; e
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

Em relação à classificação das informações aqui tratadas, quanto ao seu acesso público (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), **não** vislumbramos nenhum grau de risco e/ou prazo de sigilo para os documentos elaborados neste certame.

### 15.1 JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste estudo técnico preliminar, declaramos a viabilidade da contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de instalação de sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndio para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco/SP.